

Forças Armadas prometem reagir à nova anistia

Na reunião de amanhã, os cinco ministros militares discutem o anteprojeto da Constituinte



Mário Covas

Os militares vão reagir contra o anteprojeto dos constituintes que concede anistia ampla, geral e irrestrita a todos que foram punidos entre 2 de setembro de 1961 a 1º de fevereiro de 1987, em decorrência de motivação política, por qualquer diploma legal, atos de exceção, atos institucionais, complementares ou sanção disciplinar imposta em virtude de atos administrativos. Amanhã, durante a reunião de trabalho dos cinco ministros militares, no gabinete do ministro Moreira Lima, da Aeronáutica, o assunto será objeto de avaliação com vistas a uma tomada de posição, afirmou ontem uma fonte militar.

As Forças Armadas — segundo assessores militares dos ministros da área — não aceitam a reintegração às fileiras da tropa, de militares punidos por atos de desonestidade e por comportamento individual contrário à moral castrense. Os pu-

nidos por motivos políticos, segundo ainda os informantes, tiveram seus direitos repenados, inclusive com promoções aos postos imediatos de suas carreiras, de acordo com os dispositivos legais que regem as promoções nas Forças Armadas. A Marinha do Brasil é a organização que reúne o maior número de punidos (personas non gratas) ao retorno à vida militar.

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão de assessoramento superior da Presidência da República para assuntos militares das três Forças Armadas, elaborou relatório às comissões temáticas, mostrando os pontos controversos contidos no anteprojeto da anistia ampla, geral e irrestrita, considerados inaceitáveis pela área militar. O relatório do EMFA destaca que a anistia já foi regulamentada pelo Congresso Nacional, pela emenda

de convocação da Assembleia Nacional Constituinte nº 26/85.

Os constituintes das comissões que elaboraram o anteprojeto, argumentam que as Forças Armadas se aproveitaram dos atos de exceção para punir ladrões e homossexuais, quando a linha de ação punitiva dirigia-se a fatos políticos. A aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita, além de trazer danos morais para as Forças Armadas com a reintegração de elementos nocivos à moral castrense, provocará alterações substanciais na legislação jurídica vigente, além de prejuízos com a indenização dos atrasados.

As promoções aos postos superiores, e a consequente reintegração dos punidos, desencadeia desordenamento nos dispositivos legais que regem as promoções, tais como interstício cursos e idade limite.



Lula, recebido pelo almirante Bernard Blower, fala na ESG: chegou a vez dos trabalhadores

Covas prevê resistência a Bresser

Rio — O senador e líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirmou que o Plano Bresser não saiu "dos laboratórios do PMDB" e previu resistências dentro do partido às medidas econômicas depois de admitir que elas impõem perdas salariais inegáveis.

— Nos cabe torcer para que ele funcione, mas vai enfrentar grandes dificuldades, principalmente entre os trabalhadores, admitiu, sem esconder o seu pessimismo.

Covas, um ardoroso defensor dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney, manifestou uma expectativa positiva em relação à convenção do PMDB convocada para julho, quando o partido se posicionará sobre o mandato presidencial, a forma de governo e os pontos polêmicos da Constituição.

— Senador, o PMDB cobrará na sua convenção o cumprimento do programa do partido aos convençionais? Quis saber um repórter.

— Não. Serão as bases que cobrarão os compromissos com as mudanças assumidas pelo PMDB, disse.

As declarações de Covas foram dadas ontem à tarde, no final da palestra e do debate do qual participou — juntamente com os deputados Luis Ignácio Lula da Silva (PT) e Sandra Cavalcanti (PFL), além do senador Roberto Campos —, na Escola Superior de Guerra, no bairro da Urca. O senador também comentou o anteprojeto de lei sindical encaminhado pelo Planalto ao Congresso. Na sua opinião, o documento tem que ser examinado com cuidado. Ele acha que os trabalhadores devem ser ouvidos antes de qualquer decisão.

"Trabalhador passa por cima da nova lei"

Rio — O presidente nacional do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, afirmou ter advertido o ministro da Trabalho, Almir Pazianotto, na última quinta-feira, de que "qualquer lei sindical que não corresponda à realidade da luta da classe trabalhadora hoje, os trabalhadores passarão por cima", Lula, ao fazer a declaração, referia-se ao anteprojeto de lei sindical enviado ontem ao Congresso pelo Planalto que, na sua opinião é "autoritária e coercitiva" principalmente quanto limita a mobilidade dos trabalhadores para decidir sobre greves.

A principal liderança do PT admitiu não "conhecer o texto" do anteprojeto e se posicionava de acordo com o noticiário dos jornais. "Nos parece que este Governo continua deliberando sobre o conjunto da sociedade como se o fizesse sobre o seu quintal. Mas o Brasil é um quintal de 135 milhões de pessoas", observou, "e se uma lei não for real, o trabalhador passa por cima dela", insistiu.

Lula se debruçou em alguns pontos da lei sindical pretendida pelo Governo, que propõe, por exemplo, a extinção do Imposto Sindical, uma posição defendida pela CUT e pelo PT.

— Somos a favor do fim deste imposto, que é um instrumento que alimentou e alimenta o peleguismo neste País. Mas o Governo terá que reconhecer o poder das assembleias dos trabalhadores para definir uma nova forma arrecadadora, o que não consta do projeto.

Além da posição do projeto oficial que condiciona a deflagração de uma greve com o voto de 50 por cento dos filiados ao sindicato e acaba com o voto por aclamação na decisão sobre paralisações, Lula fez alvo de suas críticas a ampliação dos chamados setores essenciais onde não são permitidas as greves.

— Ora, o setor essencial não é tratado como essencial quando a questão são os salários e as condições de trabalho. Estão aí os bancários, os rodoviários, os funcionários dos serviços de água e esgoto e o pessoal do serviço público.

Defendeu, no entanto, o pluralismo sindical, questão incluída no projeto do Governo inspirada da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT.

Grupo de centro vai a Ulysses

Constituintes do PFL e do PMDB estão formando um grupo de centro, mais inclinado para a esquerda, com o objetivo de impedir que os radicais dominem a Constituição. Alguns dos parlamentares do PFL desse grupo serão recebidos hoje, às 18h, pelo presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), para uma "troca de opiniões".

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), que se reúne hoje com os presidentes dos diretórios regionais do partido, foi informado desse encontro, que, na prática, diminui a importância do que pretende ter com Ulysses Guimarães para discutir a nova Constituição.

CAUTELA

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), um dos fundadores do Grupo Participação do PDS e dos primeiros a não aceitar a candidatura a Presidente do ex-deputado Paulo Maluf, previu ontem que dos 133 constituintes do PFL, no mínimo 50 acabarão comprometidos com este movimento centrista.

Na opinião de Humberto, amigo pessoal do ministro Aureliano Chaves, a posição do PFL na Constituinte está marcada pela direita, o que repercutiu mal nas bases. Ele acha que o relatório das subcomissões mostra a necessidade de ser encontrado um ponto de equilíbrio, representativo do pensamento nacional.

EUGENIO NOVAES

INDEFINIDOS

O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), um dos organizadores do grupo de centro, foi quem marcou o encontro de hoje com o presidente Ulysses Guimarães para o que definiu como "conversa preliminar". Não há, ainda, uma fixação de posições em relação a temas conflitantes, como reforma agrária, sistema de governo, etc., mas sim a intenção de evitar os radicalismos.

Lúcio foi procurado pelo líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire (PE), para uma conversa sobre pontos de convergência. Alguns parlamentares, no entanto, acharam que no momento é inconveniente qualquer entendimento com o PCB. A previsão de Lúcio é de que o grupo tem hoje, aproximadamente, uns 20 parlamentares do PFL, mas está com excelentes possibilidades.

O líder do PFL na Constituinte, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), enviou ontem um questionário a toda sua banca-

UNIFICAÇÃO

Enquanto o PFL começa a dividir-se em grupos e grupelhos, o seu presidente, senador Marco Maciel, está tentando sensibilizá-lo para as eleições municipais do próximo ano. Hoje Maciel reúne-se com todos os presidentes dos diretórios regionais para saber como está o PFL nos estados e verificar a possibilidade de criação de uma comissão para acompanhamento e fiscalização do novo Plano Cruzado.

Maciel terá, primeiro, de evitar as críticas ao PMDB para impedir o rompimento da Aliança Democrática. Em vários estados, como Minas Gerais, o PMDB e o PFL estão em conflito aberto, com tendência a aumentar o confronto. Apesar de a Aliança ser definida em nível federal, Maciel sabe que os choques estaduais acabarão prejudicando-a e ao Governo do presidente José Sarney, cuja sustentação depende, em grande parte, do PFL.



Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral discutem os pontos polêmicos da nova Constituição

Relator ouve Ulysses sobre pontos polêmicos

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, reuniu-se ontem à noite com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, os líderes do PMDB e os quatro relatores adjuntos para definir os pontos polêmicos pendentes para a conclusão do relatório da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Elaborado por Cabral e o senador José Ignácio Ferreira, ontem à tarde o relatório já estava quase pronto, mas dependia de definições políticas quanto a pontos considerados polêmicos, como a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a regulamentação dos jogos de azar e a exclusividade de verbas públicas para o ensino público.

A reserva de mercado e o conselho de Ética não foram incluídos pelo relator entre os pontos polêmicos. Ele adiantou que, com a ajuda dos adjuntos, aproveitou cerca de 60% do relatório do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), derrotado na Comissão temática. "O que ele conseguiu compor em suas negociações dentro da Comissão nos aproveitamos quase tudo. Agora, quanto aos pontos polêmicos, temos dois caminhos a trilhar: o jurídico e o político. Já que são pontos eminentemente políticos, tenho que compatibilizar a minha redação jurídica com a decisão política dos líderes", explicou Bernardo Cabral.

Os demais líderes partidários, além do PMDB, serão consultados posteriormente, para que no plenário da Sistematização, não sejam apresentadas

emendas que alterem profundamente o texto que será incorporado diretamente ao primeiro Projeto Constitucional a ser entregue nesta sexta-feira.

O relatório que foi elaborado nos dois últimos dias pelo relator Bernardo Cabral e José Ignácio, foi apresentado ontem à noite a Ulysses Guimarães, os líderes Mário Covas, Carlos Sant'Anna, e os adjuntos Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins e o deputado Nelson Jobim. Com a definição política dos pontos polêmicos, hoje mesmo eles esperam ter concluído o relatório da Comissão da Família.

Já bastante adiantado, os relatores adjuntos conseguiram concluir neste final de semana vários capítulos do projeto que

querem encaminhar para a publicação nesta quinta-feira. Até agora já foram finalizados cerca de cinco capítulos, que entrarão no Projeto seguindo a seguinte ordem de prioridade: direitos e liberdades fundamentais — capítulo 1; Princípios fundamentais — capítulo 2; e Garantias constitucionais — capítulo 3. A parte que trata da Defesa do Estado e Instituições democráticas também já está terminada, mas ainda não foi definida a ordem de inclusão no projeto. Dentro do capítulo 1 — direitos e liberdades fundamentais — estão os subtítulos direitos individuais, sociais, coletivos, a nacionalidade e cidadania (direitos políticos e partidos políticos).

O capítulo dedicado à Ordem Econômica — considerado um dos mais polêmicos, — ficará a cargo do senador Fernando Henrique Cardoso, que só começará a trabalhar no tema hoje à tarde, ficando o Sistema Tributário sob a responsabilidade do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Na sexta-feira, já totalmente concluído, o primeiro projeto de Constituição elaborado pelo grupo de relatores, conjuntamente, será entregue ao presidente da Comissão de Sistematização Afonso Arinos, pelo relator Bernardo Cabral. Com o prazo de dois dias para a publicação dos avulsos, já no domingo começa a ser contado o prazo de cinco dias para a apresentação de emendas pelos 93 membros da Sistematização, e no final, os relatores retomam o trabalho, desta vez para dar o parecer sobre as emendas apresentadas.



Artur da Távola

Escola Superior de Guerra ouve Lula e Covas

Para discutir o tema "partidos políticos", a Escola Superior de Guerra (ESG), laboratório do pensamento conservador que deu respaldo teórico ao regime militar, reuniu um time da pesada: Luis Ignácio Lula da Silva, presidente do PT; o senador Mário Covas, ex-cassado e hoje líder do PMDB na Constituinte, onde luta para reduzir o mandato do presidente Sarney; o senador Roberto Campos, ex-ministro dos governos militares, e a deputada Sandra Cavalcanti, os dois últimos ligados à área conservadora.

No Salão Nobre da ESG, entre coronéis e o almirante Bernard Blower, Lula deu o tom da combatividade trabalhista defendendo uma greve geral, já programada pela CUT para o próximo dia 15, contra o Plano Bresser. Hoje deputado constituinte mais votado do País, Lula já amargou cadeia nas lutas sindicais paulistas, quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, numa repressão comandada pelo II Exército. Nem sempre foi como hoje, quando foi recebido como palestrante da ESG.

— Disse tudo que um trabalhador diria se viesse aqui falar na ESG — afirmou Lula, depois de várias horas de palestras e debates no salão de conferências da ESG, na Urca.

A história de Lula com a ESG não é recente. Desde 1978, quando este metalúrgico começava a despontar como a principal liderança sindical do País surgida após o golpe militar de 64, sempre reivindicou o direito "dos trabalhadores falarem na ESG".

— Entendia o seguinte: esta ESG só ouve governadores, ministros e deputados. Por que não escuta os trabalhadores? Achei que poderia passar para os estagiários da ESG a visão do Brasil real, do Brasil sentido na carne e na pele dos trabalhadores. E esta era a minha ansiedade — explicou.

Ontem Lula se disse "um pouco contemplado" com a oportunidade. E até considerou um sintoma importante no campo das liberdades políticas uma instituição com o caráter da ESG ouvir um trabalhador. Mesmo pelo fato de ele eventualmente estar exercendo um mandato.

Raphael: pacto é constante

Da Sucursal

São Paulo — O ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, não acredita que haja um pacto específico entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães para que este seja indicado primeiro-ministro, no caso de ser aprovado o regime parlamentarista na nova Constituição. Ponderou, entretanto, que o pacto entre os dois é uma constante na vida política brasileira, "porque o processo de transição nos coloca em posição de permanente entendimento e não há nada de novo nisso".

Embora o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, seja pelo presidencialismo, Magalhães acredita que essa sua posição ficará superada, se o partido confirmar na convenção nacional no próximo mês a tendência majoritária pelo parlamentarismo mitigado.

SECUNDARIO

O ministro considera que a discussão do regime torna a discussão da duração do mandato do presidente Sarney como uma "coisa secundária". A posição da convenção nacional do PMDB, segundo ele, deverá ser por cinco anos de mandato com o parlamentarismo mitigado, "peço que tenho ouvido de muitos parlamentares". Acredita, entretanto, que esse tema será ainda objeto "de um bom debate" para os convençionais do PMDB.

Para Raphael, o parlamentarismo mitigado, que já existe hoje nas constituições mais modernas da Europa, permitirá um regime mais sensível e proporcionará maneira mais democrática de organizar o Estado. Ressaltou ainda que a instabilidade dos gabinetes, que é o pecado mortal do parlamentarismo, tende a desaparecer, como ocorre em Portugal, Espanha e França.

Leite Chaves propõe regime parlamentar já

"Se o regime é bom e necessário, por que aguardar seis meses para implantá-lo?" A questão foi colocada ontem pelo senador Leite Chaves (PMDB-PR), durante sessão conjunta do Congresso Nacional para leitura de sua proposta de emenda à Constituição que institui o sistema parlamentarista de governo na União e faculta sua adoção pelos estados e municípios.

Segundo o senador, aprovada a emenda, bastaria à Constituinte referendá-la. Na Assembleia Nacional, conforme declaração do vice-líder do PDS, deputado Adilson Motta (RS), "se conseguiu anarquizar tanto com o parlamentarismo como com o presidencialismo, pela falta de seriedade que por esse assunto foi tratado". Por esse razão, ele disse que embora parecesse paradoxal a tramitação de uma emenda constitucional quando se tem uma Constituinte funcionando, votará favoravelmente ao projeto de Leite Chaves.

Primeiro projeto fica pronto hoje

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) recebe hoje dos oito relatores auxiliares um anteprojeto de Constituição, que organiza os trabalhos produzidos pelas comissões temáticas e aponta as diferentes soluções adotadas pelas comissões para um mesmo tema, com uma análise da natureza e das implicações de cada uma. Cabral, segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos relatores auxiliares, tentará um acordo com as diversas correntes de opinião em torno das questões polêmicas.

Os relatores auxiliares reuniram-se ontem, por duas vezes, para fazer o esboço do anteprojeto. A tendência, segundo o deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), coordenador do grupo, é a de respeito aos anteprojeto aprovados pelas comissões temáticas. Questões polêmicas no seio da Constituinte que foram examinadas apenas por uma comissão serão encaminhadas a Bernardo Cabral da forma como foram tratadas pela comissão. E o caso do papel das Forças Armadas e do conceito de empresa nacional.

O relator Bernardo Cabral dispõe de prazo até as 24 horas da próxima sexta-feira, para apresentar esse anteprojeto.

No sábado o texto do parecer será distribuído a todos os membros da Comissão de Sistematização. E no domingo começa a ser contado o prazo — cinco dias — para que esses constituintes estudem o parecer e apresentem emendas. O prazo vai, portanto, até as 24 horas do dia 2 de julho.

No dia 3 de julho o relator Bernardo Cabral ganha um novo prazo de cinco dias para estudar as emendas recebidas e, eventualmente, com base nelas, elaborar um novo parecer. As 24 horas do dia 7 de julho esse prazo será encerrado. O trabalho que o relator apresentar então já será considerado o primeiro projeto da nova Constituição. Tal documento será distribuído a todos os membros da Comissão de Sistematização no dia seguinte, 8 de julho. No dia 9 começa a etapa de discussão e votação do projeto, ainda no âmbito da Comissão de Sistematização.

Essa fase vai até o dia 10 de julho. No dia 11, todo o material discutido e votado pela Sistematização vai ser publicado e aos constituintes da Comissão. Ao mesmo tempo, o relator Bernardo Cabral ganha prazo de três dias para, com base no material votado, elaborar um novo parecer. As 24 horas do dia 13 de julho se encerra esse prazo dado ao relator.